

I. A Participação do Cebes no Debate sobre Modelos de Gestão e a Fundação Estatal de Direito Privado

1) Primeira Rodada

Na primeira rodada de apresentação do tema Fundação Estatal de Direito Privado no Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Cebes apresentou uma nota (enviada para os associados e publicada na Revista Saúde em Debate – “Refundação”) na qual nos posicionamos a favor do debate e elencamos um conjunto de questionamentos sobre o projeto. Nessa ocasião (mês passado) o encaminhamento adotado pelo CNS optou por contrapor a rejeição a Fundação Estatal ao debate sobre os problemas envolvidos com a gestão de redes e serviços do SUS. O Cebes apresentou e defendeu a proposta de debate que foi derrotada. Após essa votação, o Cebes, manifestou respeito quanto a deliberação da maioria dos conselheiros, mas declaramos nossa discordância em relação ao não enfrentamento do debate e pela restrição do papel do CNS. Tal como em outras ocasiões postulamos que o CNS é uma arena de articulação e formação de sujeitos políticos. Nesse sentido, o veto ou a aprovação in limine de propostas do governo reduzem a jurisdição do CNS. Na seqüência da votação e declaração de voto, apoiamos a proposta do Presidente do CNS de convocar um Seminário Nacional para avaliar e debater alternativas de modelos de gestão. A imprensa (O Estado de São Paulo) repercutiu a posição do Cebes favorável ao debate e a derrota desta posição na reunião do CNS. A mesma matéria divulgou posições antagônicas do Ministro Temporão e do Presidente do CNS sobre a Fundação Estatal.

Avaliação:

O debate sobre o Projeto foi confusamente conduzido pelo Governo (tanto pelo Ministério do Planejamento, que o apresentou na reunião do CNS, quanto pelo Ministério da Saúde, que não participou da reunião e afirmou a não existência de um projeto). A “bancada dos trabalhadores da saúde” apoiada pela de usuários (tanto situados mais à esquerda quanto à direita) decidiu “descontar” críticas difusas à condução política do Ministério da Saúde (desde a responsabilidade pela denominada despetização do Ministério da Saúde” até a não comparecimento das autoridades da Saúde no encontro dos comitês de ética na pesquisa e nas reuniões plenárias do CNS). Por sua vez, os representantes oficiais do MS no CNS decidiram não intervir no debate e manifestar pelo voto a posição do governo. Assim, o Cebes e a Abrasco terminaram por liderar e integrar uma coalizão de forças composta fundamentalmente pelos empresários e setores governamentais e pela CNBB.

Os conselheiros que votaram contra a Fundação Estatal consideraram que “estavam aplicando uma vacina contra o tratamento desrespeitoso ao Conselho”.

2) A Interlocação de Defensores do Projeto da Fundação Estatal com Conselheiros de Saúde no Congresso de Ciências Sociais da Abrasco

Conduzido pela Secretaria de Saúde da Bahia, o debate sobre a Fundação Estatal foi veiculado e aprofundado durante o Congresso da Abrasco. A avaliação positiva sobre a exposição do Jairnilson Paim, ponderações de membros da Secretaria e a respeito da intervenção do Chico Braga, bem como a procura do dialogo com membros

do CNS presentes ao evento propiciaram uma atmosfera mais favorável à interlocução entre conselheiros e defensores do projeto de Fundação Estatal. O Cebes compareceu à reunião convocada pela Secretaria de Saúde da Bahia com os conselheiros do CNS e ressaltou a necessidade de discutir o formato e fortalecer a convocação do Seminário Nacional sobre Modelos de Gestão.

3) Seminário Nacional

Contribuímos para a organização do Seminário Nacional sugerindo e convocando pessoas para compor as mesas sobre Reforma do Estado e Modelos de Gestão e propondo nomes para integrar a lista de convidados. Além disso, reproduzimos e distribuimos com o apoio do Pedro Barbosa (ENSP), a quem coube apresentar o Projeto, documentos sobre a Fundação Estatal de pesquisadores da área de saúde coletiva. Durante o seminário, o Cebes (representado pelo Chico Braga e por mim) interveio nos debates apropriadamente e propôs a busca de pontos de convergência sobre o modelo compatível com os desafios hoje antepostos a gestão de hospitais públicos.

No final do primeiro dia do Seminário, apesar do clima acirrado e a polarização do debate, o encaminhamento do Cebes foi considerado correto pelo Presidente do Conselho. No segundo dia, o Cebes elaborou uma lista de diretrizes que devem orientar o modelo de gestão. Ao longo do dia essas proposições foram sendo aprimoradas pelas contribuições de vários participantes do Seminário desde gestores até o próprio presidente do CNS. No entanto, a par da movimentação para construir uma plataforma de pontos comuns, havia uma tendência de propor que o Governo retirasse o PL (que define apenas o âmbito de atuação das Fundações Estatais) do Congresso Nacional. Esse posicionamento voltado a reverter a iniciativa do Executivo inspirou-se em parte na reunião do Presidente Lula com a CUT. Como se sabe a CUT lançou uma nota contrária às fundações. O encontro da CUT com o Presidente foi relatado pela representante da CUT. O Presidente teria se mostrado surpreso com a profundidade das divergências sobre o tema e com a velocidade da criação de fundações nos estados. A partir dessas constatações acenou com perspectivas de temporização, convocou os Ministros Paulo Bernardo e Temporão e solicitou a ambos uma solução negociada.

Assim, as informações veiculadas pela CUT reforçaram, ainda que não explicitamente, a tendência de aprovação pelo Seminário da proposta de retirada do PL do Congresso Nacional. Havia, portanto duas linhas: a do Cebes que propunha a aprovação das diretrizes e a que advogava a retirada do PL. Até o final do seminário, as falas se concentraram em ressaltar ou as perspectivas de convergência ou as críticas ao projeto de fundação/necessidade de recuo do governo.

Nós do Cebes, ainda bem que éramos dois, desempenhamos dois papéis: o de articulação com a CUT, com a Presidência e Secretaria Executiva do CNS, Conass e Conasems e defesa das diretrizes. Apesar do nosso empenho em participar das articulações não sabíamos qual seria o desfecho do Seminário. Mas, ao que tudo indica a condução proposta pelo Cebes foi reconhecida como a mais adequada. Porque para fechar o Seminário fomos convocados pelo Presidente do CNS para apresentar as diretrizes. Esse conjunto de pontos foi exposto aos presentes e recebeu o acréscimo de duas sugestões. A redação final das seguintes diretrizes foi elaborada pelo Cebes:

Por um modelo de gestão dos serviços de saúde que:

1) seja estatal e fortaleça o papel do Estado na prestação de serviços de saúde;

- 2) seja 100% SUS, com financiamento exclusivamente público e operando com uma única porta de entrada;
- 3) assegure autonomia de gestão para a equipe dirigente dos serviços, acompanhada pela sua responsabilização pelo desempenho desses, com o aperfeiçoamento dos mecanismos de prestação de contas;
- 4) assegure a autonomia dos gestores do SUS de cada esfera de governo em relação à gestão plena dos respectivos fundos de saúde e das redes de serviços;
- 5) no qual a ocupação dos cargos diretivos ocorra segundo critérios técnicos, mediante o estabelecimento de exigências para o exercício dessas funções gerenciais;
- 6) envolva o estabelecimento de um termo de relação entre as instâncias gestoras do SUS e os serviços de saúde, no qual estejam fixados os compromissos e deveres entre essas partes, dando transparência sobre os valores financeiros transferidos e os objetivos e metas a serem alcançados, em termos da cobertura, da qualidade da atenção, da inovação organizacional e da integração no SUS, em conformidade com as diretrizes do Pacto de Gestão;
- 7) empregue um modelo de financiamento global, que supere as limitações e distorções do pagamento por procedimento;
- 8) aprofunde o processo de controle social do SUS no âmbito da gestão dos serviços de saúde;
- 9) institua processos de gestão participativa nas instituições e serviços públicos de saúde;
- 10) enfrente os dilemas das relações público-privado que incidem no financiamento, nas relações de trabalho, na organização, na gestão e na prestação de serviços de saúde;
- 11) garanta a valorização do trabalho em saúde por meio da democratização das relações de trabalho de acordo com as diretrizes da Mesa Nacional de Negociação do SUS;
- 12) coadune-se com as demais políticas e iniciativas de fortalecimento do SUS.

Observação: Ao longo do Seminário sobre Modelos de Gestão vários participantes manifestaram posições favoráveis à retirada de tramitação, pelo governo federal, do PLP 92/2007 do Congresso Nacional.

No dia seguinte na reunião plenária do CNS, o Ministro Temporão declarou sua concordância com as diretrizes aprovadas e literalmente “assinou em baixo”. O documento ficou conhecido como um “decálogo” porque inicialmente continha 10 diretrizes e está disponível no site do CNS

http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/dezpontosdefendidos.htm

II. O Cebes na Organização e Comissão de Relatoria da 13ª Conferência Nacional de Saúde

A participação do Cebes na organização da 13ª e na comissão de relatoria tem se pautado por tentativas, geralmente, pouco eficazes de ampliar a presença de entidades e personalidades da sociedade civil e autoridades governamentais de outros setores na Conferência. Além disso, seguimos sendo indicados para redigir documentos que orientam os debates da Conferência. Tal como ocorreu com o roteiro para os debates das conferências municipais e estaduais o Cebes também foi o responsável pela redação

de um conjunto de ementas que, por sugestão do Arlindo (Fiocruz) foram enviadas para todos os responsáveis pela organização das conferências e estão orientando a programação do Canal Saúde, voltada para a divulgação da 13ª Conferência. Uma terceira linha de intervenção, também pouco eficaz, tem sido o questionamento do modelo de relatório. Os relatórios da 11ª e 12ª reúnem inúmeros pontos – uma coleção de fragmentos. Isso ocorre, em parte, porque o sistema que o DataSUS elaborou propicia a apresentação de resoluções pontuais em detrimento da síntese.